

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Solicito ao deputado Leonel Pavan que conduza a sessão a partir de agora.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente, demais membros da mesa diretora, os srs. deputados e os que acompanham esta sessão.

Antes de fazer a minha manifestação no dia de hoje, gostaria de deixar uma mensagem aos professores. Muitos estão acompanhando, inclusive, neste momento, apreensivos com relação ao desenrolar da nova proposta do plano de carreira

apresentado à imprensa e também a alguns parlamentares.

Quero dizer que nós temos uma preocupação muito grande com relação a este plano de carreira. Na próxima quarta-feira, amanhã, portanto, O sindicato, que tem autonomia, delibera a continuidade ou não da greve e não nos cabe interferir neste processo de autonomia do sindicato.

Mas nós temos pedido aos deputados, e assim o fiz hoje pela manhã na CCJ, que todos se debrucem sobre o plano de carreira apresentado, estudem, analisem, para que possamos discutir com o governo efetivamente melhorias para o Magistério catarinense.

E quando falo para o Magistério catarinense, me refiro a todos os profissionais da Educação, sejam efetivos, aposentados ou contratados, de sala de aula, de fora de sala de aula. Acredito que esse debate seja fundamental para que possamos avançar. E não temos dúvidas de que só haverá avanço se de fato o governo do estado colocar novos recursos, novos investimentos na carreira do Magistério catarinense.

Então, quero deixar aqui a minha mensagem aos professores, e dizer que a nossa luta continua.

(Passa a ler)

"Bem, Eduardo Galeano é mais um imortal que estará sempre presente!

Dizia ele: Vivemos em plena cultura da aparência. O contrato de casamento importa mais que o amor. O funeral mais que o morto. As roupas mais do que o corpo e a missa mais do que Deus. Também dizia que na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa: Proibido cantar. Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro, um aviso informa: É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem, ou seja, ainda existe gente que brinca.

São destacadas frases como essas que caracterizam o espírito livre de um símbolo da literatura, do jornalismo, da esquerda e do ativismo social. Galeano foi exemplar na arte de encantar o mundo com sua crítica sagaz e com a profunda capacidade de não se resignar, entendendo

a condição humana e as mazelas das quais milhares estão submetidos.

Internado desde a última sexta-feira em razão de complicações de um câncer no pulmão, o escritor uruguaio morreu nesta segunda-feira, dia 13, aos 74 anos em Montevideu. Para nós militantes, a morte de Eduardo Galeano é um momento de demarcar no histórico mais do que a perda de um ser humano fantástico e brilhante, é inscrever no tempo o tempo de uma ideia, de um exemplo, de uma esperança que irradiou para milhares de corações a luta pela liberdade e conquistas de direitos.

Neste sentido, uso a tribuna não para destacar a morte, mas para distinguir a intensidade com que viveu Eduardo Galeano.

Nós latino-americanos, que recentemente elegemos vários governos de esquerda e progressista, nos orgulhamos e devemos a pessoas como ele que sempre acreditaram na capacidade de conquistas da independência do nosso povo, da doutrinação econômica e cultural dos países centrais, do capitalismo moderno como o dos estados Unidos e da Europa.

Rememoraremos aquele que sobreviveu ao terror e ódio das ditaduras em nosso continente sem jamais perder a ternura. Durante o golpe militar no Uruguai, em 1973, Galeano foi preso. Para fugir da cadeia exilou-se na Argentina. Em 1976, em outro golpe militar, dessa vez liderado pelo general Jorge Videla, colocou novamente sua vida em risco. O nome do escritor é colocado na lista dos esquadrões da morte, que executavam opositores ao regime. Para salvar a sua vida refugia-se na Espanha e apenas voltaria ao Uruguai em 1985, com a redemocratização do país. Viveu em Montevideu até a sua morte.

Uma de suas reflexões marcantes sobre o Uruguai predominantemente agrário dos idos de 1960 era de que o país 'produzia mais violência do que carne ou lã'. Uma das suas obras mais célebres está *As Veias Abertas da América Latina*, livro em que denuncia a opressão e amargura do continente e que foi traduzido para dezenas de idiomas. Anos mais tarde, com a humildade que poucos conseguem

ter, afirmou que era um livro de economia política, mas à época eu não tinha o treino necessário. Se a superficialidade que ele afirma ter escrito a obra, habilmente encantou milhares, quero crer que, com maior profundidade, nossa capacidade de indignação, formulação e crítica latino-americana acompanhariam a evolução do autor.

Além de ser autor de mais de 40 obras, Eduardo Galeano também era um apaixonado por futebol, torcedor do clube Nacional, escritor de livros e artigos sobre o esporte. Costumava afirmar que, como todos os uruguaios, nasceu gritando gol e se definia como um perna de pau sem perdão.

Recebeu vários prêmios, dentre eles, o prêmio Casa de Las Américas em 1975 e 1978, e em 1993 o prêmio Aloa, promovido pelas casas editoras dinamarquesas.

A trilogia *Memória do Fogo* foi premiada pelo Ministério da Cultura do Uruguai e recebeu o American Book Award (Washington University, EUA), em 1989. Militante político histórico em seu país, Galeano escreveu o artigo intitulado *Onde as pessoas votaram contra o medo*, para celebrar a vitória de Tabaré Vázquez, primeiro presidente de esquerda eleito na história uruguaia, no qual afirma que a população de seu país finalmente usou o bom senso para parar de ser traída pelos partidos Colorado e Nacional.

Com sua intensa militância e produção intelectual, Eduardo Galeano nos deixou um legado deslumbrante que sempre resgataremos em nossas lutas, seja pela educação, justiça social, igualdade e direitos humanos.

Dizia ele: 'A utopia das nossas lutas está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.

Para que serve então a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.'

Aos uruguaios, aos brasileiros, aos latinos americanos! Eduardo Galeano! Sempre presente."

Essa é a nossa homenagem a um grande lutador da América Latina e do povo latino americano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o deputado Natalino Lázare, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas presentes nesta sessão, em primeiro lugar, gostaria de fazer um registro honroso a presença na Assembleia Legislativa, de um ilustre empresário de Videira, sr. Fabiano Marafon, ele que juntamente com Felipe Schuler, são proprietários do jornal de maior circulação do meio oeste de Santa Catarina, o *Folha Diário*; também cumprimentar o André Canalli, de Caçador, agropecuarista e, saudando-os saúdo a todos que estão presentes aqui nesta tarde.

Eu gostaria, sr. presidente, de enfatizar três questões que julgo importantes nesta tarde. A primeira delas é em função de uma nova doença que surgiu, que afeta os animais, especialmente os equinos, que se chama mormo. É uma doença que dá em cavalos, aparentemente descoberta em Pernambuco e não se sabe através do que veio acontecer um foco em Santa Catarina. Esse foco foi localizado no município de São Cristovão do Sul, um dos animais que estava doente foi abatido e há apenas um animal com suspeita dessa doença contagiosa.

Por isso, a Cidasc, preventivamente, e com bom-senso cancelou todos os rodeios que estavam sendo feitos nos finais de semana, falo isso em nome da comissão de Agricultura e Política Rural.

Então, é um foco que foi localizado e, com certeza, está sendo estudado. A Cidasc está tomando as providências e aguardamos que tão logo os exames estejam concluídos e comprovem que existe apenas esse foco as demais atividades ligadas a esse setor sejam automaticamente liberadas. Por isso, temos essa convicção e certeza.

Mas, em relação a isso, realmente queria dizer que o deputado tem a função de vir aqui e fazer

indicações, apresentar projetos de leis, sugestões, fiscalizar e até mesmo criticar e eu sou afeito a isso também com toda certeza, o parlamentar tem essas incumbências, mas também tem que reconhecer aquilo que de bom acontece.

Neste caso específico quero trazer aqui um elogio muito forte a Cidasc, especialmente ao Eroni Barbieri, presidente da instituição, que a pedido do ilustre deputado Moacir Sopelsa, secretário de estado da Agricultura e da Pesca, esteve em um evento de leilões de animais, neste final de semana, em Fraiburgo, onde se reuniu com todos os produtores que estavam lá para esclarecer esse assunto que também estava apavorando a agropecuária da nossa região e o estado de Santa Catarina como um todo.

Ele esteve lá, cumpriu o seu papel, fez todas as explicações, mostrou quais são as medidas que estão sendo tomadas para a segurança dos pecuaristas. E, portanto, ele demonstrou exatamente a grande preocupação que a referida secretaria e a Cidasc têm com relação à pecuária.

Faço esse registro elogiando o sr. Enori Barbieri, e o nosso governador Raimundo Colombo, porque ele está presente nesse meio tão importante, tão necessário, para o desenvolvimento da agricultura, que é também a agropecuária.

Em segundo lugar, sr. presidente, gostaria de trazer um assunto que sei que muitos dos parlamentares já trataram, que é sobre a questão do fornecimento da merenda escolar.

Fui procurado, sr. presidente, por um empresário do município de Fraiburgo que está ligado a uma grande empresa agropecuária, que produz maçãs. Ele é o presidente da Confederação Nacional dos Produtores de Maçãs e pediu que fizéssemos uma indicação no sentido de que a maçã fosse incluída no cardápio da merenda escolar.

Sei que diversos parlamentares já falaram sobre isso. O governo do estado licitou o fortalecimento da merenda escolar para os alunos. Mas faço um apelo e esclareço o seguinte: existe a possibilidade, através das chamadas públicas que são feitas pelas secretarias de estado da

Educação, para que os produtores possam oferecer os produtos de acordo com a cultura da sua região, deputado Cesar Valduga, de acordo com a sazonalidade. Por exemplo, o município de Fraiburgo está em plena safra da maçã, porque não incluir, fazer mais chamadas públicas e divulgar mais a possibilidade que o estado compre as maçãs para fornecer esta alimentação na merenda escolar? Por que, que na época da uva, do pêssego, da nectarina, da ameixa, também não se abra realmente essa chamada pública para que os alunos se alimentem?

Cada região tem a sua produção agrícola e de acordo com a sazonalidade que possa haver exatamente a participação da merenda escolar da nossa região, porque vem ao encontro daquilo que gostamos. Na região de Videira nós temos um hábito alimentar. No grande oeste, também temos outro hábito alimentar.

Então, porque trazermos produtos de São Paulo, de Minas Gerais, não sei de onde? Vamos aproveitar a produção que temos aqui no estado de Santa Catarina. Eis que temos um grande potencial, sr. presidente, a ser colocado à apreciação, que vai ao encontro do gosto das crianças, dos nossos alunos e dos nossos estudantes. E ajuda, também, evidentemente, os produtores a agregarem mais valor a sua atividade agrícola.

Faço até uma comparação romântica: a maçã é vendida em São Paulo, em Minas, em Maceió, e de repente se a maçã tivesse alma, deputado Dirceu Dresch, tivesse sentimento, ela não gostaria muito de fazer essa viagem cumprida, ela preferiria ficar lá na região de Videira, na região de Chapecó, na região de Concórdia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Natalino Lázare, cumprimento pelo seu pronunciamento, pois o tema alimentação escolar, para nós é tão caro, tão importante. Infelizmente, essa discussão já está aqui há cinco, seis anos, rolando, rolando e sempre voltamos ao mesmo

patamar da dificuldade da nossa agricultura fornecer essa alimentação e os nossos alunos terem uma alimentação da nossa região, fresca, um produto de qualidade local. Como disse v.exa., esses alimentos viajam para São Paulo, depois voltam para a região, na qual poderiam ser fornecidos diretamente.

Nós precisamos achar um caminho urgente, valorizando especialmente a nossa agricultura familiar, das pequenas propriedades. Muitas pessoas querem parar de plantar fumo, mas elas têm que ter oportunidade. E esta seria uma grande oportunidade para produzirem alimentos para as crianças, muitas vezes até para a própria família.

Então me somo a sua fala, e ao seu apelo, neste tema tão importante.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Deputado Dirceu Dresch, v.exa., faz parte da comissão de Agricultura, e está convidado para tratarmos deste assunto nesta Casa de maneira mais incisiva no sentido de que isso aconteça.

Para finalizar, sr. presidente, faço também mais um registro especial. Em Videira, neste final de semana houve a abertura de um evento importantíssimo. Lá existe a chamada UVA. Não é a uva, o alimento que produz vinho, suco, etc. Uva é a União Videirense da Associação de Bairros, e eles promoveram jogos de integração entre bairros, são jogos que agregam os bairros de Videira. E isto eu nunca vi, os bairros promovendo eventos esportivos, culturais e sociais. Isso vai permitir, sem dúvida nenhuma, integração, esporte, alegria, relacionamentos, amizades e mostra que o trabalhador do bairro, o trabalhador das periferias da cidade também tem valor, também sabem praticar esportes, precisam e devem ser valorizados.

Então, parabéns ao José de Oliveira, o presidente, ao Hilário Appel, um dos organizadores e também parabéns a toda diretoria, porque é sensacional o que fazem lá.

Quero fazer esse registro na Assembleia Legislativa, porque tiro o chapéu para pessoas com ideias espetaculares como essa que tiveram nessa

cidade. E este deputado estará sempre à disposição para ajudar, para colaborar e para que o esporte seja cada vez mais um meio de integração nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado às Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas, srs. deputados, sr. presidente, deputado Mario Marcondes que preside esta sessão neste momento.

(Passa a ler.)

"Nesta última sexta-feira, participamos da assinatura da ordem de serviço para a construção e sede própria do Centro de Educação Superior da Foz de Itajaí, da Udesc, Cesfi. Este *campus* universitário foi criado em 20 de maio de 2010, através do Decreto n. 3.276, assinado por este deputado quando governador do estado, em concorrido ato realizado na sede provisória da Udesc, em Balneário Camboriú, quando centenas de pessoas participaram e viram ser concretizado um sonho de muitos anos.

A criação do Centro de Educação Superior da Foz de Itajaí, representou a consagração da luta da sociedade de Balneário Camboriú e região.

Balneário Camboriú e região certamente estão sendo altamente beneficiados que através do Movimento Voluntário Universidade Pública e Gratuita liderou a realização de um abaixo-assinado que arrecadou mais de 12 mil assinaturas solicitando a implantação de um curso superior público e gratuito na região da Amfri. Este movimento foi conduzido brilhantemente pelo meu amigo Helvion Ribeiro, um especialista em universidades do Brasil e do mundo.

O pleito inicial tornou-se realidade com a instalação do curso de Administração Pública, em dois de agosto de 2004, através do convênio entre a reitoria da Udesc e a Prefeitura de Balneário Camboriú. Para que esse convênio saísse do papel, tivemos forte atuação dos vereadores e do então prefeito Rubens Spornau que cedeu espaço no

colégio municipal, o Colégio Antônio Lucio, e especialmente também tivemos a atuação decisiva do deputado e hoje conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Dado Cherem.

A partir de então a reivindicação pela criação de um *campus* autônomo financeiramente e academicamente ganhou maior amplitude pela mobilização do corpo discente, principalmente após a fundação do Centro Acadêmico de Administração Pública.

Esta entidade dos estudantes, o CAAP, em suas sucessivas gestões aglutinou o apoio maciço da comunidade acadêmica traçando como principal meta a articulação permanente entre sociedade civil, reitoria da Udesc e governo do estado, que viesse principalmente a culminar com a transformação da extensão universitária em um *campus*. Destaco aqui o jovem líder Leandro Silva, o índio, que durante meu governo foi porta voz das demandas dos estudantes junto à reitoria e ao governador, e por diversas vezes o recebi em meu gabinete.

Além de ter assinado o decreto de criação do Cesfi, em 2010, enquanto governador também determinei aumento no percentual do repasse líquido do orçamento estadual para a Udesc de 2,05% para 2,10%, o que viabilizou o pleno funcionamento do 12º Centro de Educação Superior da universidade dos catarinenses.

Este aumento em 2011 representou cerca de R\$ 5 milhões a mais por ano no caixa da Udesc, valor que em 2015 passará dos R\$ 10 milhões. Portanto, com os recursos que garanti daria para implantar o *campus*, com dois cursos, e sobrariam recursos para investir em pesquisa, extensão e nos outros *campi* do interior do estado.

Destaco também que depois de muita cobrança da própria sociedade, e de briga de outros prefeitos da região que também queriam a Udesc, a prefeitura de Balneário Camboriú efetivou a doação de área de terra localizada na Avenida Lourival Cesário Pereira, Bairro Nova Esperança, para viabilizar a construção de nossa sede própria. A Udesc por sua vez comprou com recursos próprios, vinculados ao

orçamento que garanti, mais 13 mil m<sup>2</sup> de terreno, por R\$ 4 milhões.

No âmbito da universidade foi aprovado o vocacionamento do novo campus, apresentado ao Consuni por comissão designada pelo então reitor Sebastião Lopes Melo, e presidida pela professora Maria Ester Menegasso, a quem coube a missão de implantar o *campus*."

A partir de 2013 as pessoas que lutaram incansavelmente retornaram para Balneário Camboriú, pessoas que realmente queriam que a Udesc fosse instalada naquele município e passaram a cobrar mais intensamente das autoridades. E, felizmente, conseguimos ter o apoio não apenas do ex-reitor Sebastião e do atual reitor Heron, por terem dado continuidade a esse pleito que apresentei para a Udesc ainda em 2002.

E como também o prefeito de Balneário de Camboriú, também deu a devida atenção. Pois não fosse essa parceria talvez tivessem problemas na instalação da Udesc. Mas em 2002, ainda quando eu era prefeito, depois como senador da República, vice e depois governador, nós não só demos sequência como concretizamos o sonho que há muito tempo era buscado.

Nós que muitas vezes aqui cobramos e agora queremos agradecer o governador Raimundo Colombo, pois apesar de não sermos da base do governo, queremos aqui reconhecer os grandes gestos do governador, e esse, sem dúvida nenhuma, é um grande gesto. Grandes quando saem do papel precisam ser mencionadas, destacadas e registradas especialmente na área da educação. Essa é uma obra que demonstra a importância do planejamento, da continuidade dos projetos, até porque a educação é uma bandeira que une a sociedade e une toda a classe política.

Ganha, Balneário Camboriú, ganha toda a região da Amfre, ganha Santa Catarina e ganha o Brasil com este novo *campus* moderno, funcional, que poderá abrigar ainda mais cursos superiores públicos e gratuitos. Esta é mais uma semente plantada, que foi plantada em meu governo e que começa a dar bons frutos. Estou orgulhoso, não

apenas pela instalação e o início da obra da Udesc em Balneário Camboriú, mas pelos dois cursos que também criamos da engenharia de petróleo e de administração pública.

Parabéns a todos que lutaram por essa grande obra. Esse sonho está se tornando uma realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Isac da Costa, do município da Penha, sempre muito atuante e que está aqui na capital para algumas ações e visita à Assembleia Legislativa no dia de hoje.

Registrar também aqui a presença do vereador Valdir Charnoski, de São Miguel d'Oeste e presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar sobre alguns assuntos. Primeiro, manifestar preocupação em relação ao Projeto de Lei n. 4.330, que tramita no Congresso Nacional e que diz respeito à questão a regulamentação das terceirizações. Evidente que todos os assuntos precisam ser debatidos e tratados no Congresso Nacional.

Essa ideia de regulamentar das terceirizações há muito tempo tem circulado no Congresso Nacional na forma de vários projetos de lei. Agora, a Câmara dos Deputados, através do presidente, deputado Eduardo Cunha, coloca em votação esse projeto. Há uma preocupação dos sindicatos e uma preocupação muito importante com a evolução do que

pode acontecer em função da precarização da relação do trabalho.

Nós sabemos que o Brasil tem uma legislação trabalhista antiga. É preciso debater as questões trabalhistas, mas temos preocupação da maneira que isso possa evoluir. Num momento em que há certa fragilização dos trabalhadores por causa dessa dificuldade que há na relação entre o Congresso e o Executivo, o projeto pode passar de tal forma que vá realmente precarizar muito as relações trabalhistas.

A segunda questão é sobre uma proposta de emenda constitucional que estamos debatendo, e o deputado Maurício Eskudlark cumprimentou aqui o presidente da Uvesc, vereador Valnir Camilo Scharnoski, que hoje esteve aqui juntamente com outros vereadores para debater essa questão de uma proposta de emenda constitucional que queremos que tramite nesta Casa para ampliar de 12% para 15% a aplicação na área da saúde.

Ao invés de simplesmente apresentarmos uma proposta aqui, estamos chamando os vereadores, a Uvesc, várias entidades regionais para que eles debatam nas Câmaras de Vereadores e possam utilizar de uma prerrogativa legal que tem as Câmaras de Vereadores, prevista na Constituição Estadual, art. 49, que é a possibilidade das Câmaras de Vereadores apresentarem emendas constitucionais à Constituição Estadual.

Nós estamos trabalhando juntos numa comissão, composta pela deputada Luciane Carminatti, deputado Kennedy Nunes, deputado Cesar Valduga e deputado Natalino Lázare, para apresentar uma proposta de emenda constitucional a partir das Assembleias para alterar a Constituição Federal, discutindo partilha de recurso, competência legislativa, quem sabe, federalização da educação, participação popular e mínimo de aplicação em saúde. E nós estamos discutindo com a Uvesc para apresentarem por meio das Câmaras de Vereadores uma emenda constitucional para alterar a Constituição Estadual para ampliar para 15%.

Nós ouvimos na semana passada o discurso do deputado Neodi Saretta quando ele apresentou uma

emenda para a educação, e a dificuldade que está tendo para que tramite na Casa, por uma série de fatores.

Então, nós pensamos, deputado Neodi Saretta, quem sabe, se for uma proposta que seja boa para toda a sociedade, que venha da Câmara de Vereadores para que no dia 30 discutirmos com os hospitais filantrópicos, com os Conselhos Municipais de Saúde para que eles apoiem a ideia desta proposta, e que embasados no art. 49 da Constituição Estadual, que diz que mais da metade das Câmaras de Vereadores pode apresentar aqui uma emenda constitucional, que eles o façam, apresentem aqui. Isso dá força para que nós, deputados estaduais, possamos, quem sabe, convalidar essa proposta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ouço o deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Fernando Coruja, gostaria de parabenizá-lo pelo tema e me somar nessa luta.

Entendo que quando se quer elevar um percentual, obviamente terá que se apertar em alguns outros locais, mas o governo tem que definir prioridades.

Acho que essas duas áreas: saúde e educação são realmente áreas chaves, fundamentais. Quando se estabeleceu os 12% lá atrás, era o percentual talvez para o momento ideal, mas hoje é necessário realmente que aumente. E essa articulação com as Câmaras de Vereadores é uma ideia fantástica.

V.Exa. está de parabéns não só pela luta da elevação, mas pela ideia da articulação com as Câmaras de Vereadores, e queria me somar a essa luta para que possamos ter de fato uma legislação que permita aumentar os recursos para a Saúde de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte de v.exa.

E nós estamos fazendo inclusive para ampliar 0,5% ao ano. Não é para passar os 12% para 15% de imediato. Seria 0,5% ao ano, a partir de 2016 até

2021 exatamente para que o governante seja qual for o governo tenha condições de se adequar a essa situação.

O terceiro assunto que quero falar é a respeito de um projeto que deveremos estar apresentando amanhã, nesta Casa, que estou elaborando juntamente com o deputado Dalmo Claro de Oliveira. Como nós dois somos endocrinologistas, lidamos com doenças relacionadas às glândulas, e uma delas é o diabetes, ou a diabetes, pode ser usado nas duas formas. O projeto visa fazer com que em Santa Catarina, o Sistema Único de Saúde, forneça aos chamados diabéticos tipo 1, os que são insulino-dependentes, que têm necessidade de insulina.

Temos os diabéticos tipo 2, que não são insulino-dependentes. Eles podem até usar insulina, por necessidade, para controlar a sua doença, mas não são insulino-dependentes. Os diabéticos tipo 1, hoje, recebem do Sistema Único de Saúde duas insulinas, a insulina dita NPH, insulina de ação intermediária, e a insulina regular, que é uma insulina de ação rápida. Mas essas duas insulinas não são suficientes para controlar doenças, muitas vezes de crianças pequenas de um, dois, três, quatro, cinco anos. Ou, às vezes, diabéticos adolescentes, ou adultos, mas que têm uma doença mais agressiva.

Eles precisam dos chamados análogos de insulina, que são substâncias artificiais, produzidas através da cadeia de aminoácidos da insulina, e que têm ação mais prolongada, lenta. Existe uma insulina chamada Glargina, ou insulina de ação, e outras, como Detemir, longas e de ação ultrarrápida. Evidentemente que essas insulinas são produtos mais caros, mas são de absoluta necessidade.

O Ministério da Saúde e a Anvisa estão discutindo há muito tempo se vai ser fornecido ou não essas insulinas para estes pacientes. Evidente que o SUS prevê que o atendimento seja universal. Tudo deveria ser fornecido a todos. Mas todo mundo que trabalha na Saúde sabe que isso é impossível,

não há, com os recursos que possui a capacidade de fornecer tudo a todos.

Então, mesmo que seja dito que há que fornecer tudo a todos, é preciso haver prioridades. Neste caso específico, nos parece prioritário fornecer estas insulinas para estas pessoas que têm diabetes tipo 1, crianças pequenas, adolescentes. Isto é um trauma muito grande para a família, e nós estamos criando a obrigação para o Sistema Único de Saúde.

Por que para o Sistema Único de Saúde? Porque há sempre uma discussão quando se cria atribuição para um órgão, dizendo que fica a secretaria Estadual de Saúde com atribuição tal, ou fica o departamento tal com atribuição tal, mas há uma compreensão de que se disser que é para o Sistema Único de Saúde, que envolve várias esferas de governo, porque o SUS não é o federal, nem estadual, nem municipal, é um sistema que envolve vários poderes, a sociedade, e se pode criar atribuições para esse sistema.

Aliás, eu fui relator, lá no Congresso Nacional, de um projeto que acabou beneficiando milhões de diabéticos no país, que fornece as chamadas fitas para realizar hemoglicoteste, aqueles testes no dedo, e obrigando também o Sistema Único de Saúde a fornecer os glicosídeos para medir e outros instrumentos.

Então, nós vamos apresentar, eu e o deputado Dalmo Claro de Oliveira de pronto este projeto e pedir apoio aos nossos colegas para que esse projeto seja aprovado nesta Casa e possamos atender esta importante demanda da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIN VENZON - Sr. presidente, quero, inicialmente saudar o prefeito de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, um jovem entusiasta que está comandando muito bem aquela

cidade, e que está nas galerias desta Casa, nos prestigiando na tarde de hoje.

Também saudamos o vereador Julmar Marcos Zerger, e o vereador Waldir Venturi, de Itaiópolis, que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência, de forma extraordinária, vai suspender a sessão por dez minutos para que o sr. Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio, possa fazer a apresentação do lançamento da 3ª Agenda Política e Legislativa, do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina. Extraordinário porque nós temos um consenso de que estas participações sejam feitas às quintas-feiras, pela manhã. No entanto, na última quinta-feira, em função da movimentação que tínhamos na Casa, ficou impossível ser feita a apresentação, fato pelo qual transferimos para esta terça-feira.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos assiste, especialmente aqueles que nos acompanham no planalto norte e cultivam a paixão pela atividade ferroviária.

(Passa a ler.)

"Na semana passada estive em Brasília para participar de uma reunião na sede do Ibama com representantes da empresa Rumo/ALL, de representantes da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres -, do DNIT, da secretaria estadual de Articulação Nacional e especialmente da AmplaNorte - Associação dos Municípios do

Planalto Norte -, lá representada pelo secretário municipal de Três Barras, Cláudio Hoppe, que é o responsável pelo projeto de Trem do Contestado, que envolve a recuperação da atividade ferroviária para fins turísticos num trecho entre Três Barras e o distrito de Marcílio Dias, em Canoinhas.

Procuramos o Ibama na pessoa de seu diretor geral de Licenciamentos Ambientais Thomaz Toledo para tratar o encaminhamento da questão do licenciamento para a utilização do trecho específico de 12,6km, que se pretende explorar com a implantação do projeto do trem do Contestado.

Ocorre que a Rumo/ALL, que é a concessionária daquele trecho da malha ferroviária nacional está às voltas com um processo de licenciamento mais amplo, do trecho de 240km entre Mafra e Porto União, e precisa resolver esse licenciamento para cumprir obrigações contratuais de recuperação da ferrovia.

Na reunião, o responsável pelas relações institucionais da Rumo/ALL, Daniel Rossi chegou a aventar a possibilidade de a empresa devolver à união esse trecho, que se encontra em estado de quase total abandono, tanto é que a concessionária dispõe de apenas cinco funcionários para a manutenção de 240km de ferrovia.

A posição não é conclusiva, mas o superintendente de segurança, patrimônio e meio ambiente da Rumo/ALL, Evandro Abreu de Souza, também presente, se comprometeu com esse deputado a definir um cronograma de atividades sobre o processo que envolve esse licenciamento, ou confirmar a possível devolução do trecho de Mafra a Porto União, ou firmar um contrato operacional específico - COE, entre a AmplaNorte e a Rumo/ALL, até a definitiva solução da questão.

A AmplaNorte apresentou um laudo com 266 imagens em alta resolução para a avaliação da ANTT, DNIT e superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário - Sufer, que detalha todo o percurso pretendido.

O Consórcio do trem do Contestado, que ainda não está plenamente formalizado, também apresentou um comparativo da estrutura que pretende dispor

para cuidar o trecho pretendido, com cinco homens para 12 quilômetros, mesmo número de funcionários que a Rumo/ALL conta hoje para cuidar de 240 quilômetros. Ou seja, enquanto nas condições atuais cada homem cuida mal de 48 quilômetros de ferrovia, o que se pretende é ter um colaborador para pouco mais de dois quilômetros.

Fato é que ao planalto norte interessa ver o trem do Contestado soprando seu apito e a fumaça da locomotiva a vapor dando seu ar da graça à população que aguarda essa atração, que mexe com o imaginário das pessoas.

O trem faz parte de nossa história. Eu mesmo sou filho de ferroviário e quero estar na primeira viagem desse passeio turístico entre Três Barras e o distrito de Marcílio Dias, onde meu pai foi um dos responsáveis da estação local. Há a convicção que esse trem vai operar com grande simpatia da população.

A reunião do Ibama serviu para tornar claro que se o entendimento do Rumo ALL for pela cessão do trecho dos cerca de 12km, não haverá a necessidade de qualquer licenciamento pelo órgão. Até porque esse trecho será exclusivamente catarinense e o consórcio formado pelos municípios que integram a AmplaNorte já conta com a anuência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Fatma e do Instituto Chico Mendes, o ICM-BIO para o referido projeto turístico.

De outra parte, também está encaminhado o contrato de operação de uma locomotiva a vapor e dois vagões de passageiros de luxo, considerados de primeira classe, firmado com a Associação Brasileira de Patrimônio Ferroviário, da divisão de Rio Negrinho, e há uma equipe de manutenção para o trecho já definida e pronta para entrar em ação no cuidado permanente com o percurso em que se pretende explorar a atividade turística.

Por tudo isso é que sentimos que haverá um desfecho favorável para as demandas pendentes, até porque a Rumo/ALL precisa dar uma decisão, um rumo no que pretende fazer daquela ferrovia."

Portanto, aproveito este momento para falar da história do Contestado, desta ferrovia importante

do planalto norte onde nós, os municípios de Canoinhas e de Três Barras, em conjunto fizemos um projeto turístico do trem ferroviário. Estamos aguardando que a Rumo/ALL, a concessionária que tem a detenção dessa concessão, sem dúvida se manifeste.

Estivemos em Brasília na quarta-feira com estas importantes autoridades discutindo a viabilidade desse projeto turístico que começa a alavancar novos meios turísticos para desenvolvermos o planalto norte.

Também estivemos em Brasília visitando o senador Dário Berger, que fez um discurso importante sobre a nossa costa marítima brasileira apoiando sem dúvida nenhuma principalmente a região do litoral catarinense.

Um discurso importante porque mexe com várias famílias que têm as suas casas, as suas empresas na costa litoral catarinense. Estivemos lá também discutindo a parte essencial da reforma política brasileira. Reforma política, essa, que o PMDB está trazendo para o plenário do Congresso Nacional, através do seu líder Eduardo Cunha, que prometeu até o mês de maio estar pronta à reforma política.

É um passo importante? É um passo importante! Mas o passo mais importante das reformas tem que ser a reforma tributária, temos que dividir melhor o que o governo federal arrecada. Pois, se aumenta os impostos, a energia elétrica aumenta, o combustível e o dinheiro não retornam aos municípios e estados. Sendo que hoje mais de 60% da arrecadação dos impostos fica com o governo federal, nós temos consciência e queremos que haja um retorno maior da arrecadação do governo federal para os municípios. Os prefeitos estão com os pires na mão, pedindo novamente recursos para o governo federal que arrecada muito, e dá pouco retorno para a nossa saúde, educação e infraestrutura.

Por isso, queremos que a reforma tributária realmente seja verdadeira e que aconteça no Congresso Nacional, para trazer benefícios para a população, e para melhor desenvolver as atividades

da saúde, da educação, da agricultura e da infraestrutura, enfim, as atividades inerentes para o crescimento do ser humano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, funcionários do Poder Judiciário, muito obrigado pela presença; professores, sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Agradeço ao deputado Maurício Eskudlark, que me cedeu parte do seu horário, até para chamar atenção, srs. deputados.

Eu fiz em 2013 um projeto de lei que visa ter um local único nos supermercados com produtos diferenciados, deputado Mario Marcondes, que preside esta sessão. O que acontece com as pessoas que não podem comer glúten, que consomem produtos com baixa lactose e as que são celiacas. Eu não sei se temos aqui hoje algumas dessas pessoas que precisam ter alimentação diferenciada? Aumentou muito o número de pessoas que precisam desse tipo de alimentação, e também a oferta deste tipo de produto.

Entendo que os supermercados devam ter em uma única prateleira, deputado Maurício Eskudlark, esses alimentos diferenciados. E eu em 2013 entrei com esse projeto de lei, e até hoje não tive a felicidade de tê-lo aprovado no estado, porque existe uma pressão muito forte do setor supermercadista em não querer a aprovação desse projeto.

Mas agora, e eu quero agradecer a colega jornalista Monique, que me trouxe um vídeo que veio do estado do Paraná, sendo que hoje essa lei igual a nossa já está em vigor no estado vizinho, deputado Rodrigo Minotto, através de uma legislação que exige que os supermercados devam ter gôndolas ou locais específicos para

alimentação de baixa lactose, celíaca ou alimentos que não contenham glúten.

Então, solicito à assessoria que exiba o vídeo feito pela Assembleia Legislativa do Paraná, mostrando a lei que já está em vigor naquela estado e a importância desse tema para o estado de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quero parabenizar o governo do Paraná, que saiu na nossa frente, pois a Assembleia Legislativa daquele estado aprovou a lei e já está em vigor. E porque nós aqui ainda não temos isso? Desde 2013, matéria de minha autoria, de igual teor, está tramitando nesta Casa, passou esse tempo todo e nada aconteceu. Pedi novamente o desarquivamento do projeto e espero que os nobres deputados possam ver isso com bons olhos. E vou pedir ao deputado José Nei Ascari, que agora é o novo relator, que não faça como os outros que engavetaram a matéria.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Não poderia deixar de apartear v.exa., porque já acompanhei as discussões deste projeto na Legislatura passada e também tenho tramitando nesta Casa um projeto que determina que os produtos que contenham lactose sejam identificados, a exemplo do que hoje já é obrigatório em relação ao glúten.

Então, acho que um projeto se soma ao outro. A iniciativa de v.exa. é muito importante, portanto, meus parabéns pela matéria.

Quero manifestar meu apoio e também colocar que nesse contexto da reivindicação da análise do seu projeto seja também incluído o projeto que apresentei, porque ali obriga a fazer a identificação do produto, até porque para o supermercado separar precisa saber quais os componentes do produto e vindo escrito na embalagem vai facilitar para todos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agradeço o aparte de v.exa. O seu projeto também é muito importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos o restante do tempo do PSD será utilizado pelo deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores que nos acompanham nesta Casa, quero aproveitar para saudar novamente os vereadores Isac da Costa, do município de Penha e Valnir Camilo Scharnoski, presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, entidade que tive a satisfação de presidir.

Quero fazer alguns registros principalmente a respeito do nosso município, Balneário Camboriú, pois tivemos algumas boas notícias relacionadas ao governo nos últimos dias. Recebi dois expedientes do dr. Valdir de Andrade, presidente do Conseg de Balneário Camboriú, órgão que tem uma atuação muito ativa junto à comunidade, as entidades, à classe empresarial e ao turismo. E uma das lutas do Conselho de Segurança, além do consórcio de segurança, é a questão do aumento do efetivo.

Conversamos há poucos dias, a própria Delegacia Regional atendendo lá só meio expediente. É preciso que aquilo seja revisto e que haja condições de atender em período integral, já que a atividade de delegacia é uma atividade primordial de segurança pública.

O dr. Valdir de Andrade fez vários expedientes agradecendo as entidades que lutaram para o aumento do efetivo e a Polícia Militar de Santa Catarina formou na semana que passou 362 novos policiais militares.

Os 362 novos policiais parecem bastante para um estado que tem 295 municípios, na verdade, apesar de todo o esforço é quase um policial por município. Mas, como havia uma deficiência muito grande no efetivo em Balneário Camboriú e Camboriú, dos 30 policiais formados na região, 21 policiais ficaram em Balneário Camboriú e cinco policia ficaram em Camboriú.

Então, as duas cidades que são unidas tiveram aumentos de 26 novos policiais militares. O Conseg fez várias referências elogiosas, várias pessoas que participaram dessa luta, a nossa pessoa, mas entendo que é a nossa missão. Quero dizer que o presidente Valdir de Andrade do Conseg e o vereador Pedro Frances, tem atuado muito nessa questão da segurança, junto com os demais vereadores da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, assim como toda a comunidade merecem receber os méritos por essa melhoria. Não é uma solução, mas é um avanço, uma melhoria para a segurança pública.

Segundo assunto que gostaria de abordar e que também é muito bom para o município de Balneário Camboriú foi a assinatura da ordem de serviço para a construção da nova sede da Udesc de Balneário Camboriú, uma sede própria principalmente para o curso de Engenharia do Petróleo.

Quero agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, a Udesc, Antonio Heronaldo de Sousa, que sempre se faz presente aqui na Assembleia Legislativa, na busca de condições para que a Udesc possa atender todo o estado.

Há dois pleitos que entendia primordiais nestas questões de Balneário Camboriú, que tiveram um grande avanço. Há também a luta do município de Palmitos para ter seu curso da Udesc. Essa assinatura é uma obra com área total de dois 2.400 m<sup>2</sup>. O prédio será erguido no loteamento Jardim Primavera, no nosso bairro Nova Esperança.

A Udesc investirá R\$ 4,85 milhões na nova sede Balneária o que representa uma economia de 14% em relação ao valor previsto na licitação que era de R\$ 4,7 milhões. O prédio seguirá o modelo do edifício de Engenharia Ambiental e o Centro de Ciências Agro veterinária de Lages, que já é um modelo com iluminação e aquecimento de água por luz solar, captação e reutilização de água da chuva.

Então, parabéns ao governador Raimundo Colombo e a Udesc por essa obra e por esse investimento no

estado de Santa Catarina, privilegiando a nossa querida cidade de Balneário Camboriú.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Nobre deputado, parabéns pelas suas colocações, há pouco fui a tribuna e fiz o relato da Udesc, mas só para acrescentar ao seu pronunciamento, quem criou a universidade fui eu quando governador, assim como os dois cursos de engenharia de petróleo e de administração pública.

Também aumentei os recursos de R\$ 5 milhões por ano para a Udesc, e agora vai para R\$ 10 milhões neste ano. O governo lançou a pedra fundamental e nós agradecemos, mas ele deu continuidade àquilo que fizemos em 2010. Tive o apoio de todos os deputados daquela Legislatura, inclusive de v.exa., quando aprovamos o percentual de 0,5% para a Udesc.

Quero apenas cumprimentá-lo e dizer que dar sequência a boas obras é importante para Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero parabenizar o governo do estado, a reitoria e o conselho da Udesc que, na verdade, não é o governador, o conselho é o grupo que faz toda essa definição de investimentos. Claro, que se o governo não der o recurso não há como investir, e o governador Raimundo Colombo tem sido sensível nesta questão.

Então, parabenizo a Udesc, principalmente os alunos, a direção, os professores que são, sim, os grandes vencedores. Ganha também Balneário Camboriú e Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, líder do PT e representante da grande Chapecó, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os servidores do Poder Judiciário que aqui se encontram e todos os professores que estão nesta luta.

(Manifestações das galerias)

Minha manifestação, no dia de hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, se refere ao Projeto de Lei da terceirização, o famigerado Projeto de Lei 4.330. E quero deixar bem claro que nossos parlamentares têm feito debate único contrário à aprovação desse PL, dos destaques que hoje estão na Câmara Federal e também deve passar pelo Senado Federal.

O que é este Projeto de Lei 4.330? A lei permite a terceirização em qualquer tipo de atividade nas empresas privadas, públicas e de economia mista, com exceção da administração pública direta, ou seja, não é possível terceirizar o Magistério e a Saúde de forma direta. Porém, o Magistério e a Saúde, no setor privado, são possíveis, sim, de terceirizar. Também as autarquias, a exemplo do Porto de São Francisco, não é possível terceirizar, assim como fundações, como a Udesc, também não.

Atualmente, a terceirização é permitida apenas para atividade-meio. Por exemplo, hoje os bancos não contratam bancários terceirizados, mas contratam pessoal da limpeza, recepção, telefonia, segurança e informática. Com a nova lei, o Banco do Brasil e os Correios podem terceirizar todo o seu quadro pessoal e abrir mão do concurso público. Portanto, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Badesco, podem ter nessas empresas de economia mista o fim do concurso público.

O meio empresarial fala em aumento da produtividade, competitividade e modernização. Mas quem perde na prática é o trabalhador que terá o salário reduzido, pois cada empresa leva parte do dinheiro. A terceirização então vai aprofundar as desigualdades ao permitir o pagamento de salários menores para os trabalhadores terceirizados em relação ao trabalhador efetivo para as mesmas funções e tarefas; vai legalizar a falta de

comprometimento com o trabalhador; vai fragilizar as entidades sindicais e a defesa dos interesses coletivos; pode também garantir pequenos avanços nos direitos aos terceirizados, mas discrimina e desrespeita direitos já conquistados para a classe trabalhadora.

(Passa a ler)

"Para termos uma ideia, no Brasil, segundo o Dieese, entre 2010 e 2013, nas maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga, quase 3.000 dos 3.500 casos envolviam terceirizados.

Na construção de edifícios, foram 75 falecimentos de terceirizados num total de 135 mortes. Nas obras de acabamento, os terceirizados foram 18 do total de 20 óbitos; nas de terraplanagem, 18 entre 19 casos; e nos serviços especializados, 30 dos 34 casos detectados.

Que preocupação as empresas que terceirizam têm com os empregadores, em aspectos como segurança e treinamento? Dados do Dieese demonstram que a rotatividade entre terceirizados é o dobro da que existe entre empregados diretos; e ainda que são inúmeros os casos de calotes em todo o país, de empresas que fecham as portas sem pagar os seus contratados.

Em Santa Catarina, segundo a pesquisa do Dieese e da CUT, realizada em 2010, de um total de quase dois milhões de trabalhadores em Santa Catarina, 27,82% (mais de 500 mil) são terceirizados. Percentual acima da média nacional de 25,5%, Santa Catarina é o segundo estado do país em percentual, atrás apenas de São Paulo (29,32% de terceirizados).

Quanto à segurança do trabalho, quatro em cada cinco acidentes de trabalho, inclusive os que resultam em mortes, envolvem funcionários terceirizados. O total de trabalhadores terceirizados afastados por acidentes é quase o dobro do total registrado entre trabalhadores contratados diretamente.

Os trabalhadores terceirizados recebem quase 30% a menos que os diretos. Quanto à jornada, trabalham em média de três horas semanais a mais e

permanecem menos tempo no emprego, 2,5 anos contra seis anos, em média. A rotatividade entre os terceirizados é de 44,9%, enquanto que entre os diretos é de 22%.

É por isso que várias entidades, não só organizações sindicais, têm se posicionado unanimemente contra, como é o caso, por exemplo, de todos os ministros do Supremo Tribunal do Trabalho. Inclusive, ofício encaminhado pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho com posição unânime que diz que este PL n. 4.300 certamente provocará gravíssima lesão social de direitos trabalhistas e previdenciários no país.

A OAB também chama de enorme retrocesso. E a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho também diz que os juizes trabalhistas, que lidam com a realidade do trabalho no Brasil, sabem que a prestação de serviços terceirizados no Brasil é fonte de rebaixamento salarial e de maior incidência de acidentes de trabalho."

Quero, portanto, dizer para concluir, que diante de todas essas informações, esses dados, e diante do projeto de lei que estabelece apenas responsabilidade subsidiária sobre a contratante não solidária, se trabalha mais, nós teremos menos vagas aos trabalhadores. Ficam-se mais doentes, é mais gasto à Previdência, ao INSS e, portanto, ao nosso bolso. Se há dois patrões que serão responsáveis, tanto o contratante como o subcontratado, pela rescisão contratual, quem é que vai de fato pagar?

Então, diante de todas essas situações é que nós nos colocamos contra o Projeto de Lei n. 4.330, e acredito que os servidores do Judiciário, os professores, também precisam ser solidários, assim como somos à luta de vocês, aos trabalhadores brasileiros.

Contra o Projeto de Lei n. 4.330!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Ainda, dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os

próximos oito minutos estão destinados ao bloco PCdoB.

Com a palavra, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores do Poder Judiciário, quero dizer que essa luta é de muitos anos e não seria diferente agora. Estamos acompanhando atentamente toda a movimentação no estado de Santa Catarina e sabemos que cerca de 6.500 servidores do Judiciário entraram em greve a partir do dia 9 de abril. Essa é uma luta justa, que reivindica o plano de cargos e salários, como também o pagamento das perdas inflacionárias no decorrer de um período extenso, como também o aumento do auxílio alimentação e o aumento do auxílio saúde e em busca do ganho real a título de antecipação do plano de cargos e salários.

Este é o momento de nos irmarmos e sermos interlocutores nas conversações e também no diálogo com o Poder Judiciário, através do presidente do Tribunal de Justiça, para que não faça a ruptura nas negociações. Neste momento o importante é o diálogo e as negociações para que a população não fique a mercê e também seja prejudicada, apesar de ser uma greve pacífica, uma greve solidária, com doação de sangue, de medula óssea, de doação de roupas, e com parte desses servidores tendo essa compreensão de manter um determinado quadro trabalhando para que outros venham se movimentar para reivindicar um direito que é desses trabalhadores.

Nesse sentido, quero dizer que 80%, dos 111 fóruns existentes em Santa Catarina, estão em greve. Então, vejo que esta Casa não pode ficar conivente na interlocução desse debate, temos que participar da mobilização e ao mesmo tempo nos colocar à disposição para que o diálogo prevaleça.

Parabéns a luta e quero dizer que faremos essa interlocução para que junto com o presidente do Tribunal de Contas, não haja ruptura, mas, sim, o diálogo com a categoria através do sindicato. Parabéns pela luta, senhores trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Os vetos, conforme decisão unânime dos srs. líderes, serão votados a partir da semana subsequente, semana que vem, quando teremos um feriado na terça-feira.

Na próxima terça-feira da outra semana, teremos a deliberação dos vetos, senão todos os que estão pendentes, mas, todos que forem possíveis serem votados, fruto de entendimento para deliberação. Não para aprovação ou rejeição, mas para deliberação, conforme têm sido conduzidos os vetos até este momento.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 217, de autoria do deputado Natalino Lázare; 218, 224 e 225, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 219, de autoria do deputado Gean Loureiro; 220, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 221 e 222, de autoria do deputado Leonel Pavan; 223, de autoria do deputado Darci de Matos; 226 e 227, de autoria do deputado Neodi Saretta; 228, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 229, 230, 231, 232, 233, 234 e 235 de autoria do deputado Patrício Destro; 236, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Comunica, igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 228, de autoria do deputado Gean Loureiro; 229, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 232, 234 e 235, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 236, 240, 241, de autoria do deputado Leonel Pavan; 237, de autoria do deputado Mario Marcondes; 239, de autoria do deputado Gean Loureiro; 242, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 243, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 244 e 245, deputado Gabriel Ribeiro; 246, deputado Dirceu Dresch; 247, deputado Aldo Schneider.

Requerimento n. 230, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de telefonia Vivo Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios

de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 231, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de Telefonia Tim Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 233, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de Telefonia Claro Celular em Santa Catarina, a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 34, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e aos deputados federais de Santa Catarina no Congresso Nacional,

manifestando repúdio à Emenda 220, apresentada pelo senador Lindbergh Farias à Emenda Provisória n. 665/14, que altera a Lei n. 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e altera a Lei 10.779/03 que dispõe sobre o seguro-desemprego para o Pescador Artesanal.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, solicito a possibilidade, a pedido das deputadas do Partido dos Trabalhadores, da retirada da Moção n. 34, que trata da Emenda 220, apresentada pelo senador Lindbergh Farias à Emenda Provisória n. 665/14. Entendemos que deveríamos discutir um pouco mais o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirada a moção.

Moção n. 35, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apelando pela edição de ato que determine a prorrogação por mais um ano da habilitação no cadastro ambiental rural, instituído pela Lei n. 12.651, de 2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 36, de autoria do deputado Patrício Destro, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Educação, apelando por medidas administrativas disciplinares, coibindo a cobrança

de taxas abusivas pelos estabelecimentos de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 80, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao Programa Badesc Cidades Juro Zero.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PREIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Em nome do PT, nós queremos comunicar a todos os servidores que já agendamos uma conversa, agora, para intermediar o diálogo e a conversação. E quero convidar os demais líderes dos partidos para que se somem a essa conversa e para que tenhamos força no debate com o Poder Judiciário.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero concordar plenamente com a

sugestão do deputado Dirceu Dresch, da possibilidade dos líderes de partidos reabrirem um canal de discussão, de negociação com o TJ.

E quero deixar registrado, sr. presidente, que sobre a liderança de v.exa., no ano passado, e a articulação de parlamentares, nós conseguimos interagir com o governo e naquele momento o sensibilizamos e ele retirou o redutor do duodécimo dos poderes. Foi importante porque o TJ teve a possibilidade de ter mais recursos para a execução de suas tarefas e, certamente, para renumeração de seus servidores.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Inscrito para falar o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação. Eu há 15 dias usei a tribuna para falar sobre o DPVAT, seguro que todos os veículos automotores pagam na hora do emplacamento, que corresponde a R\$ 105,00 por carro e que no Brasil, tendo aproximadamente ou passando de cem milhões de carros, se os senhores fizerem a conta 100 milhões vezes R\$ 105,00, isso equivale a mais de R\$ 10 bilhões. E essa foi a arrecadação, ou um pouquinho mais, do DPVAT no ano passado.

E quem é o dono do DPVAT? Todo mundo acha que é o governo. Todo mundo acha que se paga mais esse tributo ao governo e depois não devolve em serviços como deveria. Na verdade, o DPVAT nós pagamos para um consórcio de seguradoras, ou seja, é um seguro como qualquer outro que nós pagamos e que se usa em caso de algum acidente de trânsito com aquele veículo. É para isso que se paga o DPVAT e isso é tão importante que é obrigatório, você é obrigado na hora do emplacamento a pagá-lo. Não é opcional, tem que pagar.

A ideia é que na hora em que a pessoa precisar pudesse usar o DPVAT, mas isso funcionou relativamente bem até 2008, até dezembro, quando o governo federal através de medida provisória disse

que os hospitais não podiam mais atender diretamente o DPVAT. Eles teriam que cobrar e o beneficiário pedir a indenização para o seguro. Até aí parece que estava numa boa, mas para conseguir isso, no mínimo, o dono do DPVAT dormiu algumas noites com o presidente. Por quê? Porque essa é a grande pegada do DPVAT. Pois, primeiramente, os hospitais públicos não podem cobrar, se alguém vítima de um acidente for atendido por um hospital público, nunca vai ter um recibo, porque ninguém pode cobrar lá. Eles não têm como cobrar do DPVAT. Não têm como ser indenizados. Eles foram atendidos pelo SUS, apesar do susto, pagam aqueles valores aviltantes que todos nós conhecemos.

O estado de Santa Catarina fez um levantamento no ano passado e retrasado, que mostrou que o que o SUS paga corresponde meramente a 20% daquilo que se gastou para atender. Mas as vítimas de acidentes de trânsito são proibidas de cobrar. Ou seja, todos os pacientes são atendidos pelo SUS que vem de outra fonte. O dinheiro do DPVAT fica lá para o dono do DPVAT. Imagina-se que essa parte da lei beneficiou o DPVAT no mínimo com R\$ 260 milhões. É um bom dinheiro, deputado Silvio Dreveck, seguramente.

Outra grande pegada, é que quando o paciente é atendido em qualquer outro hospital ele tem que ser atendido particular para depois ter um recibo e uma nota da despesa. E com essa nota ir lá ao DPVAT e requerer o seu direito como era até 2008. O paciente vítima de acidente de trânsito chegava ao hospital, preenchia a documentação, se encaminhava a cobrança para o DPVAT pagar, não o SUS, e o DPVAT pagava. Mesmo que valores relativamente pequenos, mas era o DPVAT que pagava.

Agora depois da Medida Provisória n. 0451/2008 o paciente tem que chegar lá com dinheiro na carteira para pagar, por que se ele não tiver como é que vai ter o recibo? Quem é que sai de manhã com, no mínimo, R\$ 3.000,00 para pagar a sua conta médica, se por acaso se acidentar e ir ao hospital? Ninguém.

Aí o DPVAT deu mais uma pegada. Você imagina que uns R\$ 700.000,000,00 a R\$ 800.000,000,00 é lucro dessa parte? Ou seja, no ano passado dos R\$ 5.000.000,00 que o DPVAT tinha para pagar indenizações sobraram de R\$ 1 bilhão para o DPVAT. Por que sobrou R\$ 1 bilhão? Porque ninguém pediu! Por que não pediram? Porque não tinham recibo na mão!

E agora os hospitais foram se especializando. Como é que o hospital faz para cobrar do DPVAT? O paciente não tem como pagar. Como é que o hospital faz? Ou aparece um intermediário, intermediário no bom sentido, alguém que vai auxiliar, como quando vamos pagar o emplacamento do carro há uns auxiliares que ajudam a preencher, o chamado despachante. Não precisa nós termos despachante, podemos nós mesmos preencher a documentação, ir lá e pagar. Mas há um despachante para ajudar a cobrar o DPVAT. Há um despachante.

Agora ter o despachante para depois usufruir o DPVAT aí é crime. E é exatamente a impressão que estão gerando há 15 dias um jornal da minha cidade quando publicou uma matéria colocando como criminoso o paciente ou o médico que quisesse usar o DPVAT. E aqui está, olha o grupo cobra até... "Goiânia, a cidade de Goiânia"...

O Hospital de Goiânia é colocado como criminoso e sabem por quê? Porque inventou uma maneira de cobrar do seguro DPVAT os pacientes que são atendidos e que são vítimas de acidentes de trânsito. E qual seria o ideal do seguro DPVAT? Que o paciente fosse atendido pelo SUS, fosse para casa e esquecesse a conta. Afinal o DPVAT precisa ganhar R\$ 1 bilhão de lucro. Este é o detalhe.

E este tema está sendo veiculado em diversos jornais do Brasil, justamente colocando e chamando de criminosos, aquelas pessoas que fazem a intermediação para que os pacientes que são vítimas de acidentes de trânsito utilizam o seguro DPVAT. Esse intermediador é chamado de criminoso, assim como o advogado que tem escritório e ajuda o paciente, vítima de acidente de trânsito a cobrar do seguro DPVAT é chamado de criminoso. É isso que mostra as matérias dos jornais sobre esse assunto.

Por que a Medida Provisória n. 451 proibiu os hospitais de cobrarem? E agora como tem que ser feita essa cobrança? O paciente é atendido, paga o seu procedimento e com o recibo ou nota fiscal dá entrada no seguro DPVAT. É isto que o DPVAT quer. E para quê exige isso? Para que o paciente não use o seguro DPVAT, e aí sobrar dinheiro na conta do seguro e todo mundo pagar.

Por isso, sr. presidente eu quero manifestar a minha indignação com relação a essa medida provisória e que transforma quem quer usar o seguro DPVAT num criminosos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, é só para informar aos líderes dos partidos, que estará acontecendo a partir de agora, no plenarinho, uma reunião com líderes e servidores do Poder Judiciário para se tentar intermediar a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Então, fica registrado o convite da deputada Luciane Carminatti, para que os líderes partidários se possível participem desse momento de discussão com os servidores do Poder Judiciário. Nosso líder deputado Serafim Venzon, está convocado.

Com a palavra a próxima oradora inscrita sra. deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Com a desistência da sra. deputada Ana Paula Lima, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero nestes dez minutos, tratar sobre dois temas, primeiro sobre o projeto que está tramitando nesta Casa, que trata das árvores que caem sobre as redes de energia elétrica, e o outro é sobre a

pauta do Congresso Nacional dos temas que estão em debate nesta Casa e que nos preocupam muito.

Sr. presidente, quero cumprimentar todas as lideranças, os trabalhadores do Poder Judiciário, os trabalhadores da educação que estão presentes neste Plenário no dia de hoje, estão organizados na perspectiva de buscar apoio desta Casa, para se construir uma política salarial, uma política de trabalho e de direitos, sejam os que trabalham no Judiciário catarinense ou na educação. Então, parabéns a todos pela mobilização, pela organização que estão construindo no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, depois de inúmeras audiências públicas, depois de várias e várias reuniões pelo estado com agricultores, empresários, em pequenos municípios, na região da fumicultura no planalto norte, no alto vale do Itajaí, no oeste catarinense com a promotoria pública em várias regiões, nós chegamos à conclusão que esta Casa precisa tomar providências e aprovar um projeto que dê mais clareza e segurança para as entidades, sejam cooperativas ou a Celesc para que possa fazer o controle do plantio de árvores, principalmente o *pinus* e o eucalipto que têm deixado comunidades inteiras por dias sem energia elétrica em época de temporais, como aconteceu na virada do ano, quando tivemos muitos vendavais e tempestades pelo estado.

Trata-se de uma questão social, mas também econômica, pois hoje uma família que tem uma propriedade, uma comunidade ou um pequeno município não tem mais condições de ficar sem energia elétrica dias e dias, como ocorreu em várias regiões do nosso estado.

Por isso, em cima de dados, de informações, de diálogos, inclusive conversamos com o presidente da Celesc, com as cooperativas de eletrificação, que hoje fornecem 8% de energia para as residências, tomamos a decisão de fazer um projeto que delimita áreas do centro da rede para os dois lados, ou seja, 20m para cada lado. Talvez isso possa controlar a questão da plantação de *pinus* e eucalipto no nosso estado e não proibindo outras

atividades da economia catarinense, ou seja, o plantio de grãos, de erva-mate, da suinocultura, do gado de corte, de leite e outras atividades nessas áreas.

Estamos animados, conversando muito e inúmeras audiências públicas já estão marcadas pelo estado. Estaremos em Anita Garibaldi, no alto vale do Itajaí e em outras regiões debatendo esse tema com a comunidade regional, especialmente com a nossa agricultura familiar.

O segundo tema que quero abordar desta tribuna é sobre a nossa polêmica pauta do Congresso Nacional, trazida especialmente pelo presidente Eduardo Cunha. Lamentavelmente, uma pauta que prejudica muito os trabalhadores brasileiros.

Dados comprovam que a terceirização trará um grande prejuízo para os trabalhadores. O Dieese, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT e outros órgãos fizeram uma pesquisa e trouxeram dados alarmantes. Os trabalhadores terceirizados trabalham três horas a mais por semana e recebem até um terço a menos que outros trabalhadores, especialmente em várias áreas, como por exemplo, no Banco do Brasil, e isso está comprovado.

Então, esta é uma questão que nos preocupa muito. A sociedade, os trabalhadores, os sindicatos já estão se mobilizando. Felizmente, amanhã já teremos mobilizações pelo Brasil afora, atendendo o chamado de várias centrais sindicais. Está havendo unidade das centrais sindicais, das organizações de trabalhadores por todo Brasil. Esperamos que o Congresso Nacional reveja essa posição.

Segunda-feira, tivemos uma bela audiência pública no senado, teremos audiências públicas também na Câmara dos Deputados e esperamos que o presidente da Câmara, junto com os deputados que o elegeram presidente, possam rever essa posição e não provocar este grande prejuízo aos trabalhadores brasileiros em detrimento da renda de empresas e empresários que estão apoiando esta iniciativa.

Outra pauta lamentável é a proposta de mudança do estatuto do desarmamento. Querem dar armas para

o povo brasileiro. Nós não precisamos disso, precisamos discutir, sim, o desarmamento e o papel do estado em desarmar o bandido. É cruel quando parlamentares defendem que precisamos armar o povo e que a família possa ter até oito ou nove armas em casa. Não é por aí que vamos resolver o problema da violência, dos direitos humanos da nossa população, da nossa juventude, que hoje já está se matando pelo país afora pela violência, mas há também os conflitos nos bairros principalmente os mais pobres e quem morre, normalmente, os dados mostram, é a juventude negra.

Então, temas como estes da redução da maioridade penal; tema do problema da violência; os temas profundos da desigualdade social nesse país; quer se resolver reduzindo a maioridade penal, onde lamentavelmente, o mundo do crime usa os adolescentes, usam os jovens. Reduzir de 16 anos para 14 anos? Com certeza irão usar jovens de 5, 14 10, 12 anos e isso não resolve o problema. O Congresso Nacional precisa encarar esses sistemas profundos e ir para as causas dos problemas, e não discutir simplesmente as consequências.

Por isso, acho que é uma pauta atrasada, arcaica, que vem para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, especialmente nesses últimos dias.

O que precisamos discutir é uma reforma política que proíba essa doação, essa poupança de empresas que aplicam dinheiro nos financiamentos dos políticos para depois retirar. Isso precisa acabar!

Temos que discutir a reforma tributária, para que se distribua renda neste nosso país e seja feita a justiça social. Que as grandes fortunas sejam tributadas, que tributem as grandes heranças desse país que hoje não estão sendo tributadas justamente; que se discuta a reforma agrária; que se discuta e regulamente outros temas importantes no nosso país que ainda não estão regulamentados; que possamos avançar numa perspectiva de uma legislação anticorrupção; que avance mais ainda, como o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff,

avançou nesses últimos anos. Mas, temos que avançar numa legislação onde os corruptos que desviaram recursos devolvam esse dinheiro aos cofres públicos, e que se possa investir na saúde, educação, segurança e nas políticas sociais desse país.

Então, é isso que o Congresso Nacional precisa enfrentar, não temas tão ruins para o povo brasileiro, com tantos prejuízos para o povo brasileiro como é o tema da redução da maioria penal, assim como o tema da mudança do estatuto do desarmamento e o tema da terceirização que precariza direitos dos trabalhadores brasileiros.

Então, é isso que nós esperamos do Congresso Nacional, e que o povo brasileiro elegeu no ano passado e com certeza muitos e muitos já estão se arrependendo do seu voto que agora estão vendo que o seu deputado que garantia defender os trabalhadores na eleição, agora virou o cocho e não defendem mais os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

Então, é isso que esperamos de fato do Congresso Nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador é o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não podemos deixar de registrar nesta Casa um fato até estranho por sinal, que ocorreu na minha cidade de Balneário Camboriú.

Agora, recentemente, na semana passada, a Câmara Municipal de Balneário Camboriú, com o apoio da bancada do PMDB e a preposição feita por um vereador do PP, aprovaram uma moção de repúdio ao governador Raimundo Colombo. O motivo, deputado Dr. Vicente Caropreso, é que há por parte do governo do estado um descaso com relação ao hospital Ruth Cardoso, que não estaria enviando recursos para a manutenção daquela casa de saúde.

Mas o que é estranho, deputado Silvio Dresch, líder do governo, é que dois dias depois o

governador foi a Balneário Camboriú, e lá assinou a ordem de serviço para o início da obra da Udesc, dando continuidade àquilo que iniciamos em 2010.

E lá estava o prefeito, e o prefeito rasgou elogios ao governador na presença de quase todos os vereadores que aprovaram a moção, mas não houve unanimidade. O estranho da nota é que um dia repudiam e no outro dia aplaudem.

É importante deixar dito nesta Casa que em 2010, quando eu ainda era governador de Santa Catarina, levei um convênio para o atual prefeito garantindo R\$ 350.000,00 por mês para o hospital, por quatro anos. Isso há seis anos, e o prefeito se negou a assinar, o que daria uns R\$ 15 ou R\$ 16.

Mas agora a sua bancada faz uma nota de repúdio questionando por que o governador não destina os recursos que eles estão reivindicando? E nós sabemos das possibilidades daquilo que pode e daquilo que não pode, pois, às vezes, temos as pernas grandes, mas não podemos dar passos largos porque as calças são justas, se o passo for muito grande, rasga as calças. O fato é que botaram os pés em duas canoas, aprovaram a matéria de repúdio na Câmara, e certamente enviaram para o governador, e no outro dia o repudiado estava sendo aplaudido.

Quero só deixar este registro, pois ficamos realmente estarecidos e até envergonhados e não sabíamos o que dizer naquele momento.

Mas o que me chama a esta tribuna também é que eu e os senhores somos testemunhas, assim como está registrado nos Anais desta Casa, por meio da taquigrafia, quando dezenas de vezes, no meu pronunciamento, referi-me ao Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Quantas vezes aqui eu falei, e um dia pedi ao querido amigo, tenho uma grande admiração pelo deputado Silvio Dreveck, e lhe disse: olha, avise ao governador Raimundo Colombo, não sei se ele está me ouvindo, que se ele não licitar a obra já, daqui a pouco a presidente Dilma Rousseff passa o rodo, recolhe os recursos que existem para os estados e lá se vão os

recursos do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Olha, tome cuidado! Estou avisando!

Mas eu ouvi um pronunciamento do governador Raimundo Colombo e fui obrigado a aplaudi-lo. Quero aqui enaltecê-lo pela segunda vez nesta tribuna. Tenho feito isso constantemente quando é merecido, porque ele disse que terá que iniciar a obra até junho. Se ele não iniciar a obra até junho, já há uma normativa do governo federal, e os recursos do estado se vão. Ou inicia-se a obra até junho ou não vêm mais recursos, e lá tem R\$ 55 milhões.

Quero deixar registrado também que em virtude de ter exercido vários cargos na minha vida pública, sempre há uma pequena participação minha. Fomos nós que abrimos a janela quando éramos senador da República com R\$ 5 milhões, e hoje existem R\$ 55 milhões para o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, e disse: vou ter que iniciar, se não iniciar, corremos o risco de perder os recursos. Vindo do governador, tenho certeza absoluta de que essa obra terá início até junho.

Então, quero aqui deixar registrado que esta preocupação do governador Raimundo Colombo tem sido a nossa constantemente. Eu tenho sido chato aqui dentro, quando uso a tribuna já dizem que lá vem o Pavan falar de novo do centro de eventos de Balneário Camboriú. Mas eu sou daqueles que acredita que água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Eu fui prefeito e sei a importância do Executivo, porque eu fui governador, sei da importância do Executivo. E as pessoas pedem tanto que, às vezes, se decide- atender para não ouvir mais falar sobre o assunto. Mesmo estando na rua, as pessoas ficam falando para não se esquecer do centro de eventos, disso e daquilo. Fala-se tanto que, às vezes, é cobrado até na rua.

Então, há o pronunciamento do governador sobre um ato, que Balneário Camboriú agradece e nós agradecemos, que é início das obras da Udesc, e outro anunciando o início das obras do centro de eventos até junho. Isso quer dizer que nós estamos conquistando.

E digo aos meus queridos amigos deputados, eu não sou da base do governo, o meu candidato não se elegeu a governador, mas nós não fazemos oposição burra. Nós cobramos, mas também saberemos reconhecer quando o governo dá atenção aos nossos municípios e aos nossos pleitos.

E muitos indagam por que não fiz quando fui governador. Se eu tivesse quatro anos teria feito, mas só tive nove meses e no período eleitoral, deputado Silvio Dreveck. Foi difícil! É difícil realizar algumas coisas.

Mas hoje pude anunciar uma delas, sobre o aumento dos recursos para a Udesc, da instalação da Udesc, pois criamos dois cursos, o de Engenharia do Petróleo e o de Administração Pública, e fizemos o projeto do centro de eventos naquele curto espaço de tempo em que estivemos no governo.

Em uma semana, em um dia, no mesmo horário, no mesmo discurso, nós ouvimos o governador atendendo estes dois projetos que nós demos início. É muito importante que, às vezes, as pessoas reconheçam os gestos, independente das cores partidárias, porque se entendermos que devemos cobrar e criticar, nós o faremos. Nós o faremos sem problema nenhum. Mas também não hesitaremos em vir aqui reconhecer e agradecer.

Por isso, fica aqui o nosso agradecimento e esperamos que realmente se concretize este sonho, este desejo. Esperamos que realmente sempre as coisas que são feitas em benefício da população possam ser reconhecidas e aqui enaltecidas.

Por isso, viemos cumprimentar em nome do setor da Educação, da Udesc, dos alunos, dos professores, da reitoria, que está vibrando. No primeiro mandato eram R\$ 5 milhões por ano, agora já está em R\$ 10 milhões por ano ou mais. E já vem o centro de convenções, dando embalo naquela região, o que é muito importante para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) -  
O próximo orador inscrito é o sr. deputado dr.

Vicente Caropreso, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito boa tarde, sr. presidente, srs. parlamentares.

É sempre bom estar aqui para lembrar algumas coisas. Ontem passei momentos muito interessantes em Jaraguá do Sul, conhecendo algumas nuances da administração, mas, ao final do dia, tive um gosto especial de uma vitória do Jaraguá Futsal, sobre o Krona, por três a dois.

E quando o nosso amigo deputado estadual Leonel Pavan fala no centro de eventos de Balneário Camboriú, eu tenho a dizer que Jaraguá do Sul foi premiada pelo ex-governador, nosso amigo senador Luiz Henrique da Silveira, com o centro de eventos, com a Arena Jaraguá, onde tivemos ontem uma grande vitória no início da Taça Brasil de Futsal, aqui no nosso estado, com a arena cheia.

Queria saudar, portanto, o meu amigo, Gerson Postai, meu grande amigo e hoje presidente do Jaraguá Futsal e toda a sua equipe vencedora lá em Jaraguá do Sul.

Hoje fui conhecer o Centro de Atendimento Sócio Educativo de Joinville. Eu sou presidente da comissão de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e assim sendo me propus a iniciar uma série de visitas a esses centros, onde os adolescentes cumprem seu período sócio educativo, ou seja, os adolescentes que tiveram algum problema de infração.

Chegamos lá por volta das 8h, um lugar extremamente distante, no bairro Vila Nova, vários quilômetros do centro de Joinville, sem acesso de coletivo. E lá vimos uma grande estrutura funcionando, com base no heroísmo, eu diria, com 27 pessoas trabalhando naquele local, atendendo também um número pequeno de adolescentes cumprindo seus períodos pelas infrações cometidas. Há pelo menos um funcionário para cada adolescente infrator. Uma estrutura grande, uma estrutura ociosa, mas uma estrutura que falta gente para trabalhar. O custo é estimado em quase R\$ 1 milhão mensais para atender os 30 adolescentes.

Portanto, quando se pensa em mudar a lei de diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos, tem que se levar em conta todos os gastos que são devidos a essa faixa etária, pois lá hoje constatamos que há dificuldade de escolarização dessas pessoas, que têm boa parte do tempo ocioso.

Então, conversamos com o Roberto Lajus, diretor do departamento sócio educativo da secretaria de Justiça e Cidadania, com a Daiana de Lamara Augustinho, coordenadora da assistência de Alta Complexidade de Joinville e com o promotor da Vara da Infância e Juventude de Joinville, dr. Sérgio Joesting. Foi muito importante a presença de todos, pois colaborou para uma análise de múltiplas visões a respeito do problema da criança e do adolescente, principalmente do adolescente que nós nos propormos a ver.

Amanhã iremos visitar o Case de São José. Iremos acompanhados de outras autoridades e também representantes de algumas situações dentro da área, para que ao final possamos ter uma ideia de como anda essa política estadual em relação aos adolescentes. Muito se fala na redução da maioridade penal, mas na realidade as pessoas não param para analisar, não param para verificar tudo o que acontece em torno dessa situação.

Então, como presidente da comissão de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente nos sentimos no dever e na obrigação de conhecer profundamente esses centros e vimos muitas pessoas com vontade de trabalhar, preparadas, mas deputado Kennedy Nunes, quem comanda e quem toca todos os serviços são pessoas que vieram de outro local, porque ainda não foi definido todo o pessoal efetivo para trabalhar nesse local em Joinville.

A maior parte e a gerente daquele setor vieram de Chapecó. No tempo em que funcionava também em Chapecó a mesma estrutura, ela era responsável pelas duas estruturas. Então, v.exas. podem imaginar a dificuldade que tínhamos na condução de uma estrutura tão complexa, complicada e potencialmente explosiva. Algumas fugas ocorreram nesse centro e a população vizinha entrou em pânico, em parafuso. Muitas vezes, esses jovens,

na ânsia da liberdade, acabam cometendo alguns crimes e têm uma força, uma violência, uma potencialidade explosiva extremamente grande, de apavorar.

Estive, antes de chegar lá, em contato com algumas pessoas e vimos uma preocupação muito grande das pessoas, dos proprietários da região. Pude sentir a apreensão. Muitas vezes a população quer fazer justiça, mas no geral acaba não se interessando pelo assunto. Com exceção de dois pastores que prestam serviço voluntário e que vão quase que todos os domingos conversar com os adolescentes, não se viu mais nenhum tipo de voluntariado no sentido de prestar algum auxílio, seja na área educacional, de artesanato ou do esporte.

Se quisermos que essas estruturas funcionem completamente amparadas pelo Poder Executivo, vamos chegar num momento em que não haverá dinheiro para tudo. Essa é uma falha que vejo e que talvez até o conselho municipal, ou o conselho estadual possam estimular.

Tenho colocado em todos os cantos que a vacina para essa situação é ensino em tempo integral. Estive conhecendo uma escola em Jaraguá do Sul de dois turnos e pude ver que não há nenhuma criança na rua em horário que normalmente era de se ver, pois se trata de um bairro próximo a um presídio, de um local que antigamente era cheio de problemas, como tráfico de drogas e crianças com baixa presença na escola.

Então, vimos que quando se quer, quando parte da sociedade e existe uma disposição governamental, as coisas se resolvem e os índices de delinquência e de acesso às drogas são reduzidos acentuadamente.

Então, digo em alto e bom som que o ensino em tempo integral é a maior vacina que se pode ter para sanar qualquer situação relativa ao atendimento das crianças e dos adolescentes do Brasil. Não tenho dúvidas também de que, através de atitudes como a da Fiesc no projeto Novos Caminhos e de tantos outros que existem por aí, daremos conta de grande parte, senão da totalidade

dos problemas e não precisaremos perder tempo com essa discussão, que na minha maneira de ver foi mais política do que racional a respeito da redução da maioria penal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, primeiramente quero pegar um gancho na fala do deputado Dr. Vicente Caropreso. Este deputado era vereador em Joinville quando foi feito o Centro de Internação Provisória - CIP -, no Parque Guarani, que hoje é o Case. E aí vamos falar um pouquinho sobre a redução da maioria penal.

E nesse CIP que foi feito lá, um menor, desses que a lei diz que é menor e que tem que tratar, cuidar, ele matou o monitor lá dentro. E daí o que é que aconteceu, deputado Mario Marcondes? Não acontece nada!

Só que esse menor era um guarda roupa de quatro portas abertas, marmanjo, tinha cometido crimes lá fora e foi lá para dentro, matou o monitor e o trabalhador que estava lá dentro, como repúdio porque ele queria estar solto. Ele era menor! Se nós formos verificar, o que temos aqui no Brasil, não é a sensação de impunidade, é a certeza da impunidade e por conta disso os crimes acontecem.

Hoje, o tráfico está requisitando os aviõezinhos, aquelas crianças que são utilizadas, a partir dos nove, dez anos. E quero parabenizar o deputado Eduardo Cunha, que está fazendo um grande papel para esta Nação, está colocando para discutir e decidir, porque aquela Casa é de Parlamento, de decisão, vence a maioria, assuntos que até agora estavam emperrados como, por exemplo, a maioria penal, reforma administrativa. Ele tem que colocar, sim, para deliberar. Não pode uma Casa como esta ficar para discutir assuntos e não colocar os prós e os contra. Existem os prós, os contras e vamos discutir.

Quando a sociedade quer é porque nós estamos vendo a todo o instante o crime usando os menores e daí o estado fica numa situação complicada, porque vem o Ministério Público e através de ação na justiça obriga o estado a criar políticas de repressão, e não são políticas sociais. Aí o estado faz esses projetos porque vem dinheiro de fora, do governo federal, e depois a manutenção é que é o problema.

E quando se trata desse assunto de manutenção de um Case, de um centro de internação, são 24 horas, há plantões. E v.exa. tem razão quando diz que as entidades, as pessoas não estão mais querendo ir lá fazer algum tipo de trabalho social. E eu fico pensando qual é a entidade, qual é o profissional que quer ir lá, se ele vê que o processo como está sendo não vai ser feito nada.

Sabe o que está sendo feito? O nosso poder Judiciário, nosso setor de prisão, seja para maior ou esse de menor, ou de repressão, eles não estão tratando na verdade o que deveriam tratar, que é o ser humano, a ressocialização, ensinar uma profissão. Porque ele está indo para lá principalmente por causa da droga, que é o grande mal do século. E ao sair de lá terá entre o emprego, que está difícil de conseguir, e a oferta para ele traficar, é muito mais fácil traficar.

O que está sendo feito, hoje, deputado Mario Marcondes, v.exa. sabe muito melhor que eu, que milita nessa causa; as nossas prisões, os nossos Cases da vida, simplesmente estão servindo igual aquele camarada que quer um porquinho limpinho, com laçinho, para tratar como bicho de estimação domiciliar. E aí pega o porquinho, limpa bem, lava, passa perfume, passa um óleo, um creme, deixa bonitinho, mas se você soltar na rua vai procurar a lama, a sujeira. Por quê? Porque a essência que ele vive é isso, se nós não tivermos formas, não só de apreender, mas de ressocializar na verdade, nós vamos soltar os nossos menores, as pessoas lá, e eles vão para o mundo do crime de novo.

Eu lembro, por exemplo, o bairro Jardim Paraíso, zona norte da cidade, próximo do

aeroporto de Joinville, que o governador na época, Esperidião Amin, que foi o último que construiu uma escola nova no município, fez a escola modelo, a escola jovem para ensinar profissão.

E o hoje senador Luiz Henrique da Silveira, na época governador, pegou e desmanchou o projeto da escola profissão e fez uma escola normal. O que aconteceu? Por que é que foi feito a escola lá padrão, a escola jovem para ensinar profissão? Porque os números mostravam que era o maior índice de menores com problemas. E aí o papel do estado vem para oferecer oportunidade. Como o governo troca, trocam as prioridades, e se colocou uma escola normal. E o que aconteceu? Os índices aumentaram. Por quê? Porque o estado não participou.

Nós não podemos fazer a política do depois. O estado precisa fazer política do antes, do planejamento, do não deixar a criança ir. E daí nós falamos de educação em tempo integral, em esportes, em tantas outras coisas e nós temos aí muitas entidades que querem fazer, deputado! Mas eles querem fazer não para enxugar o gelo, eles querem fazer para o camarada, para o adolescente não chegar lá no Case. Eles querem prevenir porque eles acreditam que o esporte, o trabalho, a educação pode fazer com que a criança não chegue a esse estágio.

Agora ir lá, quando ele pensa por que fazer alguma coisa se até agora o governo não fez algo, deixou lá. Então é complicado este assunto. Muito complicado. Até por que eu acho que seja estado e aí eu falo estado como um geral, municipal, estadual e governo não fazem nenhum tipo de política pública para não deixar com que esses jovens cheguem ao ponto de irem para um centro de internação.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Duas coisas ficaram muito claras para mim. O custo do estado para manter aquele tipo de entidade, aquela situação é absurda! Nós não vamos conseguir. O

estado, *sensu lato*, não vai conseguir puxar para si toda essa responsabilidade. Por isso, são tão importantes políticas de prevenção como as da Fiesc como o projeto Novos Caminhos e tantos outros que se espalham no estado aonde a iniciativa privada e entidades promovem a profissionalização de jovens.

Essa é a maior vacina para isso. E nós vamos ficar com um número muito reduzido de jovens precisando de penalização como aquelas que estão previstas na redução da maioria penal. Acho que têm que ser revistas. Há casos que o próprio ECA tem que mudar. Há coisas muito suaves para pessoas que cometem esse tipo de crime como v.exa., relatou. Mas se analisarmos a percentagem global de adolescentes que cometem crimes que atentem contra a vida é muito pequeno em relação a grande maioria da população adulta.

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado pela sua fala deputado.

Eu quero dizer claramente que sou a favor da redução da maioria, principalmente quando se trata de crimes contra a vida. Se nós não fizermos isso nós vamos criar uma geração completamente sem condições, deputado Cesar Valduga, de ajudar de alguma forma.

Agora a saída sabe qual é? É passar essa estrutura para uma entidade. Existem entidades que querem tocar esse projeto e por que o estado não passa para uma entidade como é feito lá no hospital infantil de Joinville?

Mas daí sabe o que acontece? Quando uma entidade aparece para tocar esse processo, a entidade tem os seus direitos, os seus interesses. Como por exemplo, vamos colocar aqui, uma entidade espírita, uma entidade evangélica aí vem os promotores e a justiça e diz que por ser um estado laico não pode tocar em religião. Aí começa o problema de nós discutirmos, deputado Leonel Pavan.

Eu já peço pelo menos que v.exa., deputado Mario Marcondes, possa conceder mais um pouquinho de tempo, porque eu tenho certeza de que o

deputado Leonel Pavan vai poder aumentar muito mais o nível desse debate.

O Sr. deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero deixar registrada a minha opinião, a minha posição, referente a redução da idade penal. Esse debate acontece no dia a dia. As emissoras de rádio, televisão, nas ruas. E eu nunca tive a oportunidade de aqui me manifestar.

Os homens públicos e o Congresso Nacional precisam ter coragem para se definir. Estão fazendo um jogo político, sofrem com a causa, sabem que precisam agir com coragem, mas não o fazem muitas vezes por questões de benefícios políticos.

Não é possível que nós tenhamos que suportar, de repente, crimes hediondos e, infelizmente por terem 16 anos, 17 anos não serem punidos. Dizem que punem, mas isso não acontece. Entram por uma porta e saem pela mesma porta, e rindo daquela pessoa que foi vítima.

Então, eu quero deixar a minha posição sobre esse tema, eu disse isso em vários lugares, às vezes, até nas ruas, mas ainda não havia falado nesta Casa, eu sou favorável à redução da idade para crimes cometidos por menores.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Para aqueles que são contrários eu respeito. Mas, sociedade catarinense, sabe o Champinha? Aquele que matou, cometeu crimes? Ele é menor. E aí porque é menor não se pode fazer nada. E eu digo, quem estiver com pena que o leve para a sua casa. Deixa a sua filha com o Champinha, deixa a sua neta, e se você tiver coragem fique sozinho com o Champinha.

Então, nós precisamos levar a sério esse assunto, e precisamos mudar, a sociedade está exigindo mudanças, e que os deputados e senadores tenham a coragem de fazer as mudanças que precisam. Os que forem contrários que levem o Champinha para casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pelo seu pronunciamento, o tema realmente é polêmico, mas, nós, do Parlamento tanto estadual como nacional, não podemos ficar omissos à discussão. E efetivamente o deputado Eduardo Cunha está colocando projetos polêmicos que a sociedade clama pela discussão no Congresso Nacional.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Cesar Valduga, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar o sr. presidente; também o líder do governo nesta Casa, deputado Silvio Dreveck; os deputados José Milton Scheffer, Kennedy Nunes, Dalmo Claro, assim como a nossa camarada do município de Otacílio Costa, que faz uma grande liderança nessa cidade e que faz uma visita a esta Casa.

Sr. presidente, gostaria de registrar um momento importante, se assim posso dizer, que foi a reunião que tivemos semana passada com o secretário da Saúde do estado de Santa Catarina, o deputado João Kleinubing.

Tratamos sobre a questão da saúde como um todo, mas naquele dia debatemos a questão da saúde nos municípios de Capinzal, de Zortéa, de Ouro, de Lacerdópolis, de Peritiba e de Piratuba. Um gesto bonito de alguns parlamentares desta Casa que nos acompanharam, ou seja, tivemos uma reunião com o secretário, deputado Silvio Dreveck, foi uma reunião suprapartidária, que diversos deputados desta Casa irmanados com o objetivo de resolver a questão da saúde, e mais propriamente do nosso querido Hospital Nossa Senhora das Dores.

Naquele momento, muito bem tratados, acompanhados pelo prefeito do município de Zortéa, o Paulo José Franceski, pelo vice-prefeito do município de Capinzal, e também por lideranças do município de Ouro, da direção do Hospital Nossa Senhora das Dores, que com um só objetivo conseguimos sensibilizar, argumentar e ter subsídios suficientes para que pudéssemos ajudar o

hospital desse município, concluindo o centro cirúrgico.

Aquela é uma região agroindustrial, onde milhares de trabalhadores através da BRF, da indústria metal mecânica, enfim, diversas empresas, conclamam que o centro cirúrgico daquele município seja uma realidade.

O secretário da Saúde, imediatamente solidário, e conhecedor da situação do hospital Nossa Senhora das Dores, obtivemos êxito e o comprometimento do governo do estado. Então, através do secretário, e com emendas do próprio deputado, fizemos a interlocução junto ao governo para que possamos concluir o centro cirúrgico do nosso hospital, no município de Capinzal.

Mas achei muito bonito, deputado Mario Marcondes, a solidariedade e a participação de diversos deputados que nem são daquela região, mas que são solidários à causa e deram sua contribuição, como o deputado Dalmo Claro, que também foi secretário da Saúde do nosso estado; e sendo conhecedores da demanda, da necessidade e principalmente da urgência da conclusão do centro cirúrgico ficaram sensibilizados, porque esse hospital já tem 60 anos de existência, e com muita demanda em função dos frigoríficos. As pessoas que precisam fazer pequenos procedimentos ou até de média complexidade precisam se deslocar para o município de Joaçaba, Concórdia ou até Chapecó.

E com esse gesto, com uma política mais avançada, posso dizer que estou muito satisfeito, feliz com a compreensão dos parlamentares desta Casa, que não olharam sigla partidária, pois acima de tudo o nosso grande partido é o povo catarinense. Vejo que esta é uma política bem avançada, moderna, a qual precisamos muito, principalmente nos dias de hoje.

Srs. deputados, quero agradecer a todos, especialmente ao deputado Gabriel Ribeiro, da região de Lages, que articulou essa reunião com o secretário, fazendo também com que o secretário da Saúde do nosso estado se sensibilizasse e deliberasse pela construção e viabilização desses

recursos que são importantes para a conclusão do centro cirúrgico de Capinzal.

Sr. presidente, quero deixar meu forte abraço e registrar nos Anais desta Casa esse trabalho, essa irmandade suprapartidária, objetivando buscar recursos para a conclusão do centro cirúrgico da nossa cidade, que vai fazer muito bem para o povo do vale do Rio do Peixe e do meio-oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.